

# ENSINO UNIVERSITÁRIO DO JORNALISMO: DE ANELO CONFESSO OUTRORA A ALVO DE OBJURGAÇÃO HODIERNAMENTE<sup>11</sup>

**Mário Pinto**

Professor

Universidade Fernando Pessoa

mpinto@ufp.edu.pt

## RESUMO

No que à formação do jornalista concerne, duas teses, de relativa irreconciliabilidade continuam a fazer o seu percurso: uma, que, pondo a tónica na sua idiossincrasia, assevera nascer o jornalista já feito; outra, nos antípodas desta, assegura que ele se faz. Qual, então, a função das escolas de jornalismo? Nelas reside, em ambos os casos, a solução. Para os prosélitos da primeira, aprimorando o dom ingénito; para os partidários da segunda, contribuindo para a formação profissional dos que não nascem imbuídos desta mercê. Teses que, no entanto, estão, cada vez mais, a dar lugar a forte contestação da qualidade do ensino ministrado que, segundo muitos profissionais do meio (e não só), não prepara adequadamente os candidatos ao *métier*.

<sup>11</sup> Pesquisa apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e com co-financiamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER. Projecto PTDC / CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-010124-FEDER-009078.

**PALAVRAS-CHAVE**

Jornalista: vocação inata ou propensão adquirível? Ensino do jornalismo: imprescindível ou dispensável?

**ABSTRACT**

There are two (apparently diametrically opposite) theses underlying the issue of journalistic formation: the first stresses its idiosyncratic nature and claims journalistic qualities are innate; the other states that those qualities are learnt. Hence, what is the function of journalism schools? In both cases, they appear as the solution: for the supporters of the former thesis, they will improve innate gifts; for the supporters of the latter, they contribute to the professional training of those who are not born with those qualities. These theses, however, are being challenged on the grounds of lack of quality in those schools' teaching standards, which, according to many professional journalists (among other members of the public) fail in providing adequate preparation for aspiring journalists.

**KEY WORDS**

Journalists: innate or acquired vocation? Journalism teaching: unnecessary or indispensable?

**INTRODUÇÃO**

Uns quantos testemunhos, cronologicamente distribuídos e a seguir aduzidos, bastarão para se ter a percepção de quão problemática é a tarefa de equacionar a temática em epígrafe, no essencial devido ao conceito vigente - o de que o jornalista não se faz, antes nasce já feito -, conceito quase hegemónico como se pode confirmar: "o verdadeiro jornalista não se faz. Nasce feito.", (Freire, 1936, p. 17); "O verdadeiro jornalista [...] nasce já com determinadas faculdades"; "a vocação é ainda o principal", (Cunha, 1941, p. 32); "O jornalista, o autêntico jornalista, não se faz", "o jornalista deve nascer já dotado para a parte essencial da sua profissão", (Rocha, 1946, p. 16); "nasce[-se] jornalista, como se nasce pintor", (Quadros, 1949, p. 19); "É facto sabido: jornalistas não se improvisam, já nascem feitos.", (Ribas, 1953, p. 325).

Se a consensualidade antes expressa não deixa margem para dúvidas acerca do posicionamento prevalecte, outro tanto não acontece quanto às formas de ultrapassar a inexistência deste dom, situação em que emergem diferentes teses, entre

as quais pontificam algumas endogenamente antagônicas, o que vem reforçar o melindre da questão e contribuir para a sua aparente insolubilidade. Com efeito, se há um denominador comum - todos concluírem ser congênita esta propensão - as divergências posturais surgem quanto à possibilidade de solução: enquanto uns (os que, com vista à consecução de tal desiderato, advogam a premente acuidade de criação de escolas de jornalismo) acham que o *handicap* (a ausência deste dom) é passível de ser superado (ou debelado), outros (os que só com reservas aceitam esta tese ou a refutam, dada a inutilidade da medida) excluem liminarmente tal veleidade.

## 1. DESENVOLVIMENTO DOS ARGUMENTOS PRÓ E CONTRA

Entre os primeiros, posiciona-se Alfredo Cunha (1941, p. 32), que, sublinhando a importância da componente inata, reconhece, no entanto, a crucialidade da função da escola no aperfeiçoamento da característica ingênita, que mais não faz do que adestrar. Posição expressa sem qualquer ambiguidade (*id.*, *ibid.*) quando diz ver “com prazer” que se aspira a criar, mais do que uma simples escola, “uma espécie de Faculdade própria, que não ficaria mal numa Universidade, com um programa de disciplinas e um corpo docente que [...] competirão com o dum instituto de estudos superiores.”

Começando por aludir (*id.*, p. 13) à fundação da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, à qual competiria organizar um curso que “seria o embrião ou precursor duma escola de jornalistas”, retoma a questão mais adiante para realçar o reconhecimento, “noutros países”, da sua utilidade. Afirmção em abono da qual invoca (*id.*, p. 31) a tese de Bataille, aprovada no Congresso de 1898: “Nela se emitia e justificava eloquentemente o voto de que, sob o patrocínio das Associações de Classe, se instituíssem em cada país cursos práticos gratuitos para o ensino profissional do jornalismo.” Proposta cuja fundamentação radica, precipuamente, em:

não ser presentemente o jornal um mero instrumento de polémica, ou um trampolim de políticos, com desprezo da matéria noticiosa, tal qual em meados do século passado. Hoje, com o aperfeiçoamento das máquinas de impressão, com o telégrafo e o telefone, com a transformação do espírito público, cada vez mais ávido de saber o que se passa em todos os recantos do mundo, o jornal é um repositório de informações e notícias, dadas com o cunho pessoal que o talento de cada colaborador lhe imprima [...]. Porque o jornalismo tornou-se uma profissão caracterizada e uma carreira ou modo de vida, com o predomínio do noticiário e do entrevistador sobre o polemista e o articu-

lista político. Mas para isto [...] é necessário que a educação geral seja completada pela educação profissional. E foi certamente sob a inspiração destas ideias [...] que o actual *Sindicato Nacional dos Jornalistas* estabeleceu nos seus [estatutos] a organização de círculos de cultura apropriados, ou, um *Curso de Formação Jornalística*.

Assunto recorrente, o da criação destas escolas, que esteve subjacente à abertura, “por uma folha da capital”, de um inquérito em que se questionava (*ib.*, p. 32) se “tais escolas corresponderão a uma verdadeira necessidade, ou não serão mais do que uma manifestação de pedantismo?” Inquérito a que o próprio Cunha (*id.*, *ibid.*) respondeu:

Evidentemente ao profissional da imprensa, para que possa exercer como deve o seu ofício, convém uma educação especial. Toda a arte tem a sua técnica, e toda a técnica exige ou lucra com a preparação e a aprendizagem. Por isso não se sabe bem por que é que o mister do jornalista continua sendo de simples improvisação. Claro que tais escolas não formam, no rigor do termo, jornalistas. O verdadeiro jornalista, como o verdadeiro actor [...], nasce já com determinadas faculdades, que as escolas não fazem senão adestrar. E, em jornalismo, como noutra qualquer carreira, a vocação é ainda o principal. [...] e noções gerais de literatura ou de ciência, não fazem senão bem aos que escrevem em periódicos.

Por isso conclui ver com particular agrado a criação de uma Faculdade própria, dotada de um programa específico e de um corpo docente condigno. Aduzindo, em abono do seu posicionamento, um ofício em que o Presidente do Sindicato dos Jornalistas justificava e legitimava a organização do *Curso de formação jornalística* (1941, p. 33) pelo facto de o recrutamento do pessoal dos quadros redactoriais se fazer por “tentativas de experiência, incertas e pouco seguras, baseadas em indícios nítidos de vocação e tendência natural”, concluindo:

Reconhecemos que falta o encaminhamento necessário que oriente e aproveite para uma finalidade justa o esforço do autodidacta que faz do jornalismo o seu modo de vida [...]. Em muitas capitais estrangeiras preencheu-se essa falta com as Escolas de Jornalismo.

Assaz dissemelhante é o posicionamento de Hugo Rocha, que, conquanto aceite a função destas escolas, o faz com inegáveis reticências. Reiterando (1946, p. 16) que “o autêntico jornalista, não se faz” - desde logo porque “Os mesteres intelectuais requerem uma espécie de predestinação”, o que, por seu turno, implica que

o jornalista “deve nascer já dotado para a parte essencial da sua profissão - vivacidade de espírito, agudeza de visão, sentido das proporções, noção da verdade, da justiça, intuição fecunda, etc.” - Rocha (*id.*, *ibid.*) não deixa, contudo, de reconhecer que “o perfeito profissional da Imprensa [...] esse faz-se. E faz-se, lenta, cuidadosa, perseverantemente.” Como? Através da adestragem, em cujo carácter prático põe a tónica (“o jornalista, decorrido o tempo de aprendizagem na redacção [...], pode considerar-se, profissionalmente, acabado e completo.”), todavia sem descuidar o empenhamento do próprio (*id.*, *ibid.*): “uma prática aturada de nada valerá ao praticante, se este, por seu turno, não a completar, aperfeiçoar, valorizar com o surto da vontade própria.” Razão bastante para só nestas circunstâncias Rocha (*id.*, p. 23) aceitar a utilidade de tais escolas:

É por isso que, se o autêntico jornalista traz do ventre materno essa espécie de predisposição profissional, não sou contrário, em absoluto, à instituição de escolas de jornalismo, destinadas, evidentemente, àqueles que sentem a vocação para ele, factor primordial a considerar.

Em suma: se, por um lado, não se coíbe de quase exalçar a vertente intelectual, excluindo de todo o pendor rotineiro da função (*id.*, p. 10) - ao que contrapõe “Não; a profissão de jornalista é essencialmente intelectual; direi mais: requintadamente intelectual.” - , por outro lado não deixa de sobrelevar (*id.*, p. 23) que “O jornalista carece, também, de fazer a sua cultura pessoal”, porquanto, “o jornalismo impõe múltiplos conhecimentos, senão profundos, ao menos de ordem geral”, daí resultando que, em sua opinião (*id.*, *ibid.*),

pouco afecto ao critério da especialização, o jornalista só é perfeito e completo, quando está apto a intervir em todos os sectores do jornal [...]. É fácil, pois, avaliar-se a soma de conhecimentos precisos para poder tocar - e tocar bem - todos os instrumentos da actividade jornalística.

Novo testemunho acerca do tema em apreço é o de Luís Quadros, que, retomando a vetusta questão da premente necessidade de instaurar o ensino do jornalismo, afirma (1949, p. 15) terem sido as directrizes emanadas do congresso de Lisboa - onde foi amplamente dissecionada e conseguiu significativo impulso - que “conduziram os governos de muitas nações a transformar em realidade a tese [aí] exposta”, por Bataille, e que “se referia exclusivamente à oficialização dos Cursos de

Jornalismo [...] e à criação de escolas oficiais de jornalistas.” Imperativo de acurado tratamento que Bataille (citado por Quadros, *id.*, p. 16) justificava destarte:

«com a transformação do espírito público, cada vez mais ávido de ser informado, uma metamorfose se operou no Jornalismo: a polémica foi relegada para segundo plano, e a informação passou para o primeiro.»

E acrescentava a seguir: “E quando dizemos informação, encaramo-la sob todas as suas fórmulas”, assim, terminando a sua magnífica exposição: “ Por isso, é necessário que a educação geral do jornalista seja completada pela educação profissional”.

A que se deve então esta nova exigência? No essencial, à circunstância de terem surgido novos dados que incutiram renovada acuidade ao tema (Quadros, *id.*, p. 14):

(...) a informação atingiu um tal grau de celeridade e perfeição, impondo uma técnica assaz difícil, devido à concisão e clareza que deve caracterizar a notícia, que [...] o jornalista tem de ser, na actualidade, algo mais que um bom rapaz amparado a uma culturazinha geral de sexto ano de liceu. A sua cultura tem de ser vasta, tem que perceber de tudo e a sua técnica de expressão apurada; isto é, tem que ser um autêntico profissional.

Requisito que, não elidindo o reconhecimento de ser “o Jornalismo, em essência, sinónimo de Informação”, implica, concomitantemente, a assunção de que “tal não quer dizer que ele possa ser exercido por qualquer pessoa”, porquanto (*id.*, p. 15), “impôs-se características [...] a que só os verdadeiros jornalistas podem chegar. Além disso, a estética entrou a ser factor de primordial importância na confecção de Jornais.” Constatações que permitem a Quadros (*id.*, p. 19) preconizar:

Por todas as razões expostas [...] - e ainda porque se se nasce jornalista, como se nasce pintor ou poeta, não é menos certo que para se chegar a sê-lo em plenitude integral, um jornalista tem de se fazer, tem de se formar - parece-nos urgente por isso que, no nosso país, [...] se encare de vez, e a sério, a fundação de uma escola oficial de Jornalismo integrada na Universidade Técnica (...).

Tanto mais que já de há muito (*id.*, p. 16) - “na América do Norte [...], os cursos de Jornalismo ganhavam alento e estrutura pedagógica”, apesar de ter sido (*id.*, p. 17)

(...) só no corrente século [XX] que as escolas de Jornalismo adquiriram feição definida,

após um longo período que podemos chamar experimental, uma vez que foi em 1908 que se fundou a primeira escola verdadeiramente digna deste nome. [...] em Columbia e o seu programa abrangia quatro anos, permitindo obter o diploma de bacharel em Ciências do Jornalismo.

À qual se seguiu a fundada por Pulitzer (*id.*, p. 17) e, assim, “quebrando resistências e más vontades [...], as escolas de jornalistas proliferam pelo Novo e Velho Mundos.” Todavia, e sem que tal retire mérito às suas propostas, Quadros acaba por se revelar mais preocupado com a falta de reconhecimento acadêmico (por não conferir título) e profissional (decorrente do desprestígio de todos terem livre acesso ao que designa de subprofissão), do que com a insuficiência das habilitações conferidas.

Prosseguindo a dissecação dos depoimentos no início destacados, vejamos agora o que a propósito diz Ribas (1953, p. 341), também ele favorável à fundação destas escolas:

Embora a capacidade jornalística dependa muitíssimo da aptidão inata e grandes figuras se tenham imposto na imprensa somente à custa da experiência das redações e do autodidactismo, os países mais civilizados já dispõem de escolas de jornalismo, onde os inscritos possam adquirir conhecimentos técnicos e gerais indispensáveis ao desempenho e ao engrandecimento da profissão.

Exigência em cujo abono invoca o testemunho de Porter e Luxon: «O Mundo inteiro é campo de acção para o jornalismo e o jornalista cujos conhecimentos forem muito reduzidos jamais deixará de ser um pobre repórter».

Continuando o breve périplo por alguns dos ‘oráculos’ visitados, mais um testemunho, o de Brás Medeiros (1956, p. 5), que, após sublinhar, “os problemas da Imprensa revestem, hoje, complexidade tamanha que já não se compadecem com o conhecimento superficial”, preconiza (*id.*, p. 17): “Parece-nos azado ensejo para uma intervenção governamental a requerer mais vastas habilitações literárias como condição de ingresso no jornalismo. E por que não um curso específico?”

Totalmente diferente dos precedentes é o posicionamento de Bento Carqueja (citado por Cunha, 1941, p. 31), “que sustentou que, assim como não há escolas de poesia, também não as pode haver de formação de jornalistas.”

Demonstrado que está ter constituído o estabelecimento do ensino do jornalismo um anelo reiteradamente protelado, em torno do qual se geraram tantos quiproquós, cremos reunidas as condições de poder asseverar ser Freire quem, com maior proficiência, equacionou tão candente problemática. Aliás, acreditamos haver sido

precipuamente a aguda percepção das lacunas existentes e o injuntivo de as colmatar que terão estado subjacentes à decisão de Freire editar (em 1936) uma obra em que explana as suas ideias acerca da improtelável necessidade de criar, com chancela oficial, o ensino de jornalismo em Portugal. Começando por questionar (*id.*, p. 9) se “deveria, ou não, existir uma escola de jornalistas?”, dúvida que sustenta no facto de, à época, o jornalismo se fazer “na sua maioria, ou por vocação e autodidactismo, ou por necessidade”, e na constatação da singularidade de que “embora haja *profissionais*, não existe ainda entre nós, para tal, aprendizagem escolar e científica, apesar de o jornalismo ser uma profissão como a medicina [...] ou qualquer outra”, identifica, em seguida (*id.*, p. 10), a data em que “foi pela primeira vez posto oficialmente em discussão” (1898) e, recuperando o final da exposição de Bataille refere haver países que já tinham solucionado a questão. Sendo o curso de Johnson um dos mais notáveis, nele se fixa para sublinhar que, apesar da abrangência das matérias versadas, não resiste a uma comparação com o que já nesse tempo era preconizado - a inexistência de uma disciplina referente ao ensino da língua -, pelo que considera (*id.*, p. 12) que mesmo esse, “o mais completo, seria hoje insuficiente para a cultura geral de um jornalista”. Aliás, Freire reconhece ainda que o próprio Bataille “ia muito mais longe”, pois propunha um leque diversificado de disciplinas e, ademais (*id.*, p. 14), que “se exigisse “além de um *mínimo* de conhecimentos gerais”, que o estudante apresentasse “um atestado de bons costumes.”

Também o curso de Henry Fouquier, que, mesmo *en passant*, se justifica aflorar - distribuído por quatro anos, era no primeiro que pontificavam duas rubricas (“Curso profissional de redacção” e “Composições escritas”) cuja crucialidade é irrefragável - supera o de Johnson, como admite Freire que, a propósito, ressalva (*id.*, p. 17): “mas uma escola de *jornalismo prático*, e não de *jornalismo de diplomas*.” Motivo? “Não se fazem mister doutores em jornalismo, mas sim jornalistas completos.”

Voltando à questão de partida, genuíno *leitmotiv* da obra, impõe-se não elidir os alertas de Freire (*id.*, p. 38), designadamente a “necessidade de não se encontrar à frente dum jornal uma criatura semi-analfabeta.” Reparo que não o impede de reconhecer (*id.*, *ibid.*) que um jornalista, para o ser, “não precisa ser formado em leis ou em filosofia”, mas antes, de “saber ler e escrever... em português.” Predicado que aproveita para introduzir (*id.*, p. 38) a questão das categorias, que “urge estabelecer, para os profissionais da imprensa”: “Uma pessoa medianamente instruída (não digo culta) pode muito bem ser um informador, ou um jornalista-repórter. Mas se for apenas medianamente culta, já não deve aspirar a ser um jornalista-redactor.” E, a pretexto (*id.*, p. 39), insistir no improtelável imperativo da criação de uma escola de

jornalismo que “não pode ser um curso de tretas, nem uma academia de larachas. Tem que ser um curso especializado, não para *improvisar* jornalistas, mas para completar o jornalista.” Requisitos que o levam a admitir que nestes cursos “há que atender à parte *intelectual*, e à parte *técnica*.” E, a propósito desta dicotomia, a falar da “educação jornalística” que cada um deve ter. De sublinhar esta sua obsessão pela graduação académica e pelo nível de conhecimentos, reiteradamente referido.

Explanada a organização da classe nos moldes à *vol d’oiseau* aqui apontados, Freire passa à especialização que se devia exigir ao redactor. Descrição que, uma vez concluída, é rematada com o seguinte comentário (*id.*, pp. 42-43):

Isto auxiliando a vocação, bastava, quanto a mim, para dar aos componentes dum corpo redactorial a cultura média indispensável ao desempenho das suas funções.

E passava-se então, para quem o quisesse e tivesse aspirações de mando e de destaque, ao Curso Superior de Jornalismo, agregado ao Curso Superior de Letras, único curso superior que devia ser a base desse curso superior de jornalismo [que] constaria apenas de três anos e obedeceria ao seguinte esquema:

1º ano: História Geral da Imprensa; Divisão e classificação dum jornal; Evolução histórica do jornalismo; Sua missão e sua importância no mundo. 2º ano: Conhecimentos técnicos (Parte redactorial; Administrativa; Tipografia; Esteriotipia; Gravura); Evolução da máquina através dos tempos: da máquina manual às modernas rotativas. 3º ano: Legislação (Conhecimentos gerais. Legislação comparada). Revisão de toda a matéria dada nos anos anteriores. Fecho do Curso: Defesa duma tese, à escolha do aluno sobre jornalismo ou organização jornalística.

Sugestão de organização do curso em que, com grande pesar, não detectamos qualquer alusão ao ensino da língua (variante escrita) - o que nos deixa perplexos, visto tratar-se de uma componente que o próprio Paulo Freire valoriza, como antes admitira (1936: 26) ao confessar possuir 16.000 livros: “Uma boa biblioteca é a melhor enxada, o maior auxiliar dum verdadeiro jornalista.”

Esquema de organização em que não vislumbramos qualquer alusão ao ensino da língua, lapso que, tratando-se de uma componente que o próprio Freire valoriza, não pode deixar de causar perplexidade. Até porque, embora a selecção (e seriação) de disciplinas comporte uma certa elasticidade, não é menor a delicadeza de que se reveste, como esta asseveração de Ribas (1953, p. 341) prova:

Não deixa de ser difícil a discriminação das matérias componentes de tais cursos, pois

o jornalista necessita dispor de noções enciclopédicas, não só para enfrentar as artimanhas da colheita, do registo e da transmissão de factos, mas ainda para a compreensão do seu papel. Na opinião de Porter e Luxon, seria base indispensável ao jornalista: «saber história, emprego correcto do idioma, ter conhecimentos de literatura, economia, sociologia, ciência política e noções elementares de outras ciências».

Passando agora a estudos temporalmente mais próximos de nós, alguns testemunhos bastarão para verificarmos persistirem quer a tese hegemónica quer a indefinição posicional. Assim, enquanto Pilar Diezhandino (1994, p. 25) discorrendo acerca dos que propendem a acreditar ter a redacção jornalística algo que ver com a criação artística afirma estarem nesta linha “todos aquellos que de una forma u otra dicen o piensan que el periodista, como el poeta, es un espécimen humano que nace, no se hace.”, já Francisco Iglesias (1984, p. 42) crê que discutir “si el periodista nace o se hace” é um “planteamiento a todas luces simplista y banal”, porque aqueles que entendiam que o labor periodístico era “un oficio que sólo se podía aprender con la práctica en las redacciones de los periódicos, no alcanzaban a ver la necesidad de que para preparar informadores hubiera que crear unos centros específicos”. Perspectiva perfilhada por Núñez Ladevéze (1993, p. 13), que, ao comentar as opiniões de certos profissionais ‘tarimbeiros’ acerca do ensino das faculdades de Jornalismo – os quais se expressam como se a função da universidade consistisse em “suministrar profesionales diestros; y cuando juzgan el grado de conocimiento de los licenciados arguyen, para censurar a la Facultad, que carecen de soltura en el oficio” –, peremptório afirma: “discutir si hacen falta o no facultades en que se enseñe periodismo es una estupidez. Discutir el tipo de enseñanza que se suministra en las facultades es otra cosa.” Desde logo porque “adquirir pericia es un asunto empírico, no un problema de desarrollo intelectual, al alcance de cualquier voluntad audaz dispuesta a atropellar la gramática, y otras cosas tras ella, con la pluma.” Assim equacionada, a Universidade não passaria de um instrumento “servil de empresarios o redacciones”. Razão pela qual, cáustico, o autor acrescenta merecer-lhe “muy poco respeto la opinión desdeñosa que muchos periodistas tienen de la enseñanza universitaria del periodismo.”, porque, crítica, “Por lo común, son más engreídos cuanto menos frecuentaron la Universidad.”

Resposta contundente, mas que tem réplica do campo oposto, o dos detractores. Aliás, surpreende a convergência verificada na imputação da culpa de tão fantasmagórica panorâmica: à escola (*et pour cause*, aos professores). Pelo menos é esse o sentido em que opinam vozes abalizadas, profissionais conhecedores dos

meandros do meio. Como Diogo Pires Aurélio<sup>12</sup>, que, conquanto ressalve os antecedentes dos alunos - “Todos os anos entram nas universidades, públicas e privadas, milhares de criaturas para quem o saber escrever se transformou numa espécie de vestígio pré-histórico”-, não hesita em verberar a inutilidade do ensino universitário ao concluir, peremptório: “No momento em que saem de lá, a situação não se alterou por aí além.” Opinião de que Baptista-Bastos<sup>13</sup> comunga, quando - depois de, com indissimulada acrimónia, afirmar “Cerca de mil e quinhentos “licenciados” em “Comunicação Social” e seus derivados saem, anualmente, das escolas, institutos e universidades onde aquelas coisas se ensinam.” - não menos cáustico, assevera: “Saem com deficiente preparação”, o que não o surpreende (“Não admira: conheço muitos professores daquilo.”), porquanto, explica: “Desses muitos, todos são medíocres; arrastaram-se, penosamente, pelas redacções de jornais, e encontraram encosto no “professorado” ou nas assessorias de imprensa.”

Visão crítica perfilhada por Alice Vieira<sup>14</sup> - ao questionar em tom dubitativo irónico: “Palavra que eu às vezes gostava de saber o que é que tanta escola de jornalismo ensina aos jovens que de lá saem às catadupas”; interrogação retórica a que ela própria responde: “Enchem-nos a todos de semiótica”, dizia o meu querido Afonso Praça, que foi grande jornalista desta terra e sabia português como poucos” - e Edite Soeiro<sup>15</sup>, decana da classe, quando, ao insurgir-se contra a inépcia (e a jactância) dos mais novos, afirma acerca dos seus conhecimentos à entrada nas redacções: “Acho que chegam cá com muita semiótica e pouca aprendizagem.”

Aqui chegados, é possível asseverar serem os posicionamentos transcritos, *de per sí* por demais elucidativos de como o meio jornalístico vive de costas voltadas para a universidade - que hostiliza e cuja utilidade põe em causa -, quando deviam constituir duas entidades complementares. Abstraída a deselegância de alguns dos comentários referidos, aceitemos o repto de Núñez Ladevéze (atrás feito) de discutir se o ensino do jornalismo estará a ser ministrado com o rigor exigível. Registemos, então, a palavra dos que defendem que as causas do *statu quo* são mais profundas e radicam na deficiente aprendizagem da língua desde os primeiros passos.

<sup>12</sup> In *Diário de Notícias*, 14/7/1996.

<sup>13</sup> In *Jornal de Negócios*, 30/6/2006, p. 32.

<sup>14</sup> In *Jornal de Notícias*, 13/5/2007.

<sup>15</sup> Em entrevista ao *Público*, 16/7/2006, *MEDIA*, pp. 54-55, AM.

Consabido o profundo avatar ocorrido, a partir de 1974, nos primeiros níveis do ensino, no sentido do incremento de uma política de facilitismo decorrente da instauração de práticas pedagógicas permissivas, não é possível obnubilar que a factura, demasiado onerosa, ia demorar a ser paga. De facto, com os conteúdos programáticos da disciplina de Português circunscritos à interpretação textual, mas de que a gramática foi ostensivamente abolida, a aprendizagem do essencial do idioma ficava seriamente comprometida: ignoradas as mais elementares regras da morfologia e da sintaxe, fica liminarmente inviabilizado o acesso ao domínio da estrutura da língua, condição *sine qua non* para a sua correcta utilização, com os alunos a concluírem o ciclo de estudos pré-universitários sem as mais elementares noções do que as normativas gramaticais preconizam. E é neste contexto de desresponsabilização - produto desse pseudo-ensino ignaro - que a maioria dos actuais jornalistas mais jovens tem feito a sua aprendizagem. Sendo, por isso, no dizer de Fernando Martins (2006, p. 109), “vítimas de um ensino que tarda em encontrar um rumo” e que, na desorientação campeante, continua a “forjar gerações” que “encolhem os ombros quando se lhes apontam erros de uma sintaxe caprichosamente ignorada ou de uma ortografia barbaramente atraçoada.” Não pode, portanto, constituir surpresa, que, ao responder à pergunta “Como analisa o jornalismo que hoje se pratica em Portugal?”, Baptista-Bastos<sup>16</sup> assevere: “Em regra, é mal escrito.”

Afirmção cuja perigosidade se alcança cabalmente atentando no alerta de Lázaro Carreter<sup>17</sup> de que “No puede olvidarse que el lenguaje de los medios [...] se asimila como forma canónica del habla culta, lo que quiere decir que se constituye en el principal patrón a seguir por la audiencia.”, o que não só vem realçar o poderoso influxo que estes exercem no dia-a-dia como os eleva, no dizer de Iglesias (1984, p. 187), à função de “principais mestres – bons ou maus – da linguagem”, estatuto que uma vez outorgado lhes aumenta exponencialmente a responsabilidade.

<sup>16</sup> In Diário de Notícias, 27/3/2006, MEDIA, p. 38, PC.

<sup>17</sup> Citado por Núñez Ladevéze (1993, pp. 179-180).

## CONCLUSÃO

Confirmada a hegemonia da opinião segundo a qual os jornalistas não se improvisam, antes nascem já feitos, subsiste a questão, algo aporética, da genuína utilidade das escolas de jornalismo que, conquanto quase ecumenicamente reclamadas, não são consentaneamente valorizadas, tampouco a prioridade em conferir ao ensino do idioma pátrio, condição *sine qua non* para se pôr termo ao idiomicídio em curso.

Diagnosticada a patologia e identificado o seu foco irradiador, impõe-se proceder à aplicação da profilaxia adequada, e, confirmada a falência e demissão de outros graus de ensino a montante, compete à universidade assumir o ónus de reverter a situação. Mormente numa licenciatura que visa preparar profissionais cuja ferramenta de trabalho é a língua em que diariamente se irão apresentar perante um público com cuja tolerância não podem contar. Daí que o carácter fulcral das disciplinas relacionadas com o seu ensino seja, neste curso, uma questão a exigir plena consensualidade. Tendo sempre presente que, se o fim último da informação é o incremento do nível cultural do público destinatário, tal desiderato é inalcançável sem o domínio da estrutura da língua. Polir a linguagem é, pois, uma exigência tão imperiosa quão improtelável. Qualquer outra opção, para além de apódose de a imprensa estar a regredir, é dar azo à perpetuação de situações que conduzirão, inapelavelmente, a um desenlace como o vaticinado por Richaudeau (1984, p. 7):

Poco importa cuanto podamos pensar o cuanto deseemos transmitir al 'otro' si el mensaje no 'pasa', si no es percibido por ese 'otro', o si le llega deformado, desnaturalizado. ¡Y con cuanta frecuencia suele ocurrir tal cosa...!

## BIBLIOGRAFIA

BRAJNOVIC, L. (1991). *El Ambito Científico de la Información*. 2ª ed. Pamplona, EUNSA.

CUNHA, A. (1941). *Jornalismo Nacional: das Malogradas Associações de Imprensa à Alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses*. Lisboa, Sind. Nac. dos Jornalistas.

DIEZHANDINO, M. (1994). *El Quehacer Informativo. El 'arte de escribir' un texto periodístico*. Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.

FREIRE, J. (1936). *Escolas de Jornalismo*. Porto, Ed. Educação Nacional.

HERNANDO, B. (1990). *Lenguaje de la Prensa*. Madrid, EUDEMA, SA.

IGLÉSIAS, F. (1984) *Ciencias de la Información*. Pamplona, EUNSA, Ed. Univ. de Navarra.

LADEVÉZE, L. (1979). *El lenguaje de los "media". Introducción a una teoría de la actividad periodística*. Madrid, Ediciones Pirámide.

LADEVÉZE, L. (1993). *Teoría y Práctica de la Construcción del Texto*. Barcelona, Ed. Ariel.

MARTINEZ ALBERTOS, J. (1983). *Curso General de Redacción Periodística*. Barcelona, Editorial Mitre.

QUADROS, L. (1949). *Falta uma Escola de Jornalismo em Portugal*. Lisboa, Of. Gráfica das Gazetas dos Caminhos de Ferro.

RIBAS, J. (1953). *Fundamentos Psicológicos de Jornalismo*. Lisboa, Ed. Gazeta Médica Portuguesa.

RICHAUDEAU, F. (1984). *Los Secretos de la Comunicación Eficaz*. Bilbao, Ediciones Mensajero.

ROCHA, H. (1946). *Jornalistas*. Porto, Liga de Profilaxia Social.

VAN DIJK, T. (1990). *La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona, Ediciones Paidós.